

**“O ASSUNTO, MUITO ATUAL, O DO
COMUNISMO INFILTRADO NO BRASIL, FOI O
ESCOLHIDO PARA A TROCA DE IDEIAS”: O
GOLPE MILITAR E A ESCOLA DE BELAS ARTES DE
PELOTAS (1964)**

**“THE SUBJECT, VERY CURRENT, OF THE
COMMUNISM INFILTRATED IN BRAZIL, WAS
CHOSEN FOR THE EXCHANGE OF IDEAS”: THE
MILITARY COUP AND THE SCHOOL OF FINE ARTS
IN PELOTAS (1964)**

GUILHERME SUSIN SIRTOLI*

Resumo: Este artigo busca analisar um incidente ocorrido nos primeiros dias após o golpe de 1964 na Escola de Belas Artes de Pelotas, situada no sul do Brasil. As fontes utilizadas para a análise derivam de uma ata sobre o ocorrido e dos diários publicados da diretora da escola, D. Marina de Moraes Pires. Adotamos como suporte metodológico os processos associados à micro-história em diálogo com a história global, visando compreender como os impactos ditatoriais podem gerar reflexões que transcendem seu período temporal e espacial. Entendemos a necessidade de uma memória crítica sobre os efeitos do golpe e da ditadura civil-militar, ultrapassando os limites dos grandes centros urbanos brasileiros.

Palavras-chave: golpe militar, memória, ditadura civil-militar, Pelotas.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, bolsista do CNPq. Email: guisusinsirtoli@gmail.com.

Abstract: This article seeks to analyze an incident that occurred in the first days after the coup of 1964 at the Escola de Belas Artes de Pelotas, located in southern Brazil. The sources used for the analysis derive from minutes of the incident and the published diaries of the school director, D. Marina de Moraes Pires. We adopted as methodological support the processes associated with microhistory in dialogue with global history, aiming to understand how the dictatorial impacts can generate reflections that transcend its temporal and spatial period. We understand the need for a critical memory about the effects of the coup and the civil-military dictatorship, going beyond the limits of large Brazilian urban centers.

Keywords: military coup, memory, civil-military dictatorship, Pelotas.

Introdução

Vivemos imersos em uma contemporaneidade cada vez mais conectada, sendo que a lógica de uma suposta “produtividade necessária” permeia muitos contextos da vida contemporânea, o que de certa forma acaba afetando nossas sensibilidades. Sabemos que essa padronização de comportamentos e mentalidades, resultado de um controle sobre o pensar sensível, não se originou no período atual. Essa forma que relega a subjetividade a um segundo plano pode ser percebida como um resultado de diferentes práticas e narrativas que permearam épocas passadas, o que, por sua vez, impactou inúmeros âmbitos, podendo ser citados o social, o educacional e o político, entre outros: “As narrativas são formas de estabelecer a maneira como há de ser pensada e vivida a experiência”¹.

Questionando-nos sobre tais narrativas pregressas, alcançamos um dos períodos históricos recentes mais restritivos no que tange à liberdade e subjetividade dos indivíduos. Este período estendeu-se de 1964 a 1985, quando foi instaurada uma ditadura militar no Brasil, apoiada por setores civis e marcada pela repressão social, impactando inúmeros setores da sociedade brasileira. Esse período teve início por meio de um golpe de Estado em 1964, com a deposição do presidente brasileiro democraticamente eleito, João Goulart (1919-1976), durante os eventos ocorridos entre 31 de março a 1.º de abril de 1964. Esse golpe resultou em uma completa mudança no sistema político vigente até então.

A posse do general Castello Branco era o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa entre militares e setores civis

¹ HERNANDÈZ, Fernando. **Catadores da cultura visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Editora Mediação. 2007, p. 65.

interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura de Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso.²

Os impactos desse período reverberam muito além de seu tempo, deixando consequências diretas para as décadas subsequentes. Vale destacar que as pesquisas sobre o período ditatorial brasileiro estão inseridas no campo da História do Tempo Presente, já que as repercussões da ditadura permanecem latentes na sociedade. Alguns desses impactos podem ser percebidos através de relatos de diferentes sujeitos que foram atravessados pelo período repressivo, ecoando em seus cotidianos: “A marca central da História do Tempo Presente — sua imbricação com a política — decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, ‘não terminou’”.³

Entre as consequências da ditadura na contemporaneidade, podemos citar a difusão de comentários pró-ditatoriais por parte de políticos brasileiros, frequentes na mídia entre os anos de 2019 a 2022, durante o mandato do 38.º Presidente do Brasil. Logo, dimensionamos que muitos cidadãos ainda não possuem um pensamento crítico sobre o período, corroborando para uma amplificação da negação dos fatos ocorridos.

A retórica do anticomunismo foi amplamente pregada como forma de propaganda pela ditadura militar e seus apoiadores. Essa retórica busca “justificar” o golpe militar, ecoando em relatos no Brasil contemporâneo. Frente a isso, sabemos que tentativas de um falseamento da história⁴ frente aos fatos ocorridos no passado costumam ser frequentes: “O argumento anticomunista a respeito das origens do golpe de 1964 tem servido também para fazer conexão com o presente, alimentando o sentimento de que as esquerdas são forças negativas a serem removidas do cenário público atual”.⁵ Ou seja, o medo de um suposto fantasma vermelho extremamente perigoso continua pairando no cenário nacional.

Mesmo considerando a intensa repressão ditatorial, isso não impediu a atuação em forma de resistência por inúmeros indivíduos e setores da sociedade, tema que vem sendo

² SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015, p. 449.

³ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, v.28 n.47, jan.-jun. 2012, pp.43-59.

⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 19.

⁵ *Ibidem*.

estudado no âmbito acadêmico há alguns anos. Essas abordagens, majoritariamente, acabam focando nos grandes centros urbanos do país, principalmente na Região Sudeste, com destaque para as capitais São Paulo e Rio de Janeiro. Della Vechia e Silveira⁶ afirmam que essa realidade vem sendo gradualmente transformada, embora ainda haja muito a ser feito. Nos últimos anos, diversos temas relacionados ao período ditatorial brasileiro têm emergido nas pesquisas acadêmicas, permitindo uma compreensão mais aprofundada das complexidades desse momento histórico.

Porém, podemos perceber que os impactos da ditadura ainda são pouco estudados em instituições fora da Região Sudeste. Especificamente, compreendemos que há uma lacuna que demanda maior atenção para alguns temas, incluindo instituições de ensino impactadas pela repressão para além dos grandes centros do país. Nesse contexto, buscamos evidenciar os impactos do golpe civil-militar no âmbito de uma instituição de ensino de artes localizada no extremo sul do país. Por meio da análise de fontes documentais do período, este texto tem como objetivo investigar as questões e conflitos originados após o golpe militar na Escola de Belas Artes de Pelotas D. Carmen Trápaga Simões (EBA).

Essa instituição, fundada no final da década de 1940, foi criada a partir dos anseios da elite pelotense, sendo um importante espaço de ensino da arte no Sul.⁷ A EBA esteve em funcionamento entre os anos de 1949 e 1973, sendo fundida com o Instituto de Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em 1973, remontando às origens do atual Centro de Artes (CA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Considerando que a história da EBA também se entrelaça com a história da própria UFPel, buscamos compreender determinados impactos que o golpe civil-militar de 1964 gerou nesta instituição. Assim, acreditamos que revisitar os documentos remanescentes da EBA durante o período ditatorial nos permite não apenas aprofundar o conhecimento sobre a própria instituição, mas também promover reflexões que vão do micro ao macro, abordando questões importantes para uma memória crítica⁸ da ditadura em espaços afastados dos grandes centros urbanos do Brasil.

⁶ DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: Resistências, organização de rotas de exílio e reabertura política. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG. 2020. pp. 57-83.

⁷ MAGALHÃES, Clarice Rego. A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973): trajetória institucional e papel na história da arte. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Universidade Federal de Pelotas. 335f.

⁸ Utilizamos o conceito de memória crítica proposto pela teórica cultural chilena Nelly Richard. A autora define a memória crítica como uma forma de confrontar as narrativas oficiais e hegemônicas sobre o passado,

Rememorar o passado de forma crítica: a ditadura no Sul do país

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente.

(Jeanne Marie Gagnebin, *Lembrar, esquecer, escrever*)

A filósofa e professora Jeanne Marie Gagnebin, em sua obra *Lembrar, esquecer* (2009), propõe uma visão ativa da memória. A autora concebe o ato de recordar como uma prática ativa, sendo fundamental para a forma como lidamos no presente. Dessa forma, o ato de lembrar envolve responsabilidade e ação constante. As recordações e a memória podem atuar diretamente no presente, desestabilizando percepções pré-estabelecidas e promovendo questionamentos que vão desde o âmbito pessoal até problemáticas de grande relevância na sociedade.⁹ A partir dessa perspectiva proposta por Gagnebin, entendemos que as memórias do período ditatorial, embora muitas vezes pareçam adormecidas em arquivos ou relatos, quando são acessadas e comunicadas à população, contribuem para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre esse período e suas consequências para a vida em sociedade.

Segundo Richard, quando abordamos aspectos relativos aos regimes ditatoriais, se fazem necessárias posturas críticas.¹⁰ A autora parte da experiência ditatorial chilena, em vigência entre 1973-1990, mas podemos pensar em questões que partam do local, nacional ou mesmo continental, compreendendo as dimensões dos estados autoritários em ascensão na América Latina no decorrer do século XX. Para Richard, mostra-se relevante “restaurar uma memória que, mantendo-se fiel à experiência sensível das vítimas, transmita à comunidade social a necessidade de continuar a interrogar o passado a partir de uma variedade de ângulos e perspectivas que ultrapassam os limites físicos”¹¹. Assim, consideramos que lembrar e escrever sobre o passado ditatorial é um exercício que nos permite pensar sobre injustiças e dilemas não

especialmente em contextos de violência e repressão. Para Richard, a memória crítica não busca apenas preservar fatos históricos, mas questionar as estruturas de poder que influenciam a construção dessas narrativas. Para mais, ver: RICHARD, Nelly. *Crítica de la memoria (1990-2010)*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar esquecer esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

¹⁰ RICHARD, Nelly. *Crítica de la memoria (1990-2010)*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010, p. 259.

¹¹ RICHARD, Nelly. *Ibidem*.

resolvidos, persistindo em uma temporalidade aberta e inacabada, atuando para além do espaço em que estão circunscritos.¹² Assim, estas “estranhas ressurgências do passado”¹³ podem nos mobilizar, ampliando nossa compreensão sobre certos períodos históricos e suas implicações.

Sabemos que, frequentemente, determinados indivíduos tendem a minimizar as dimensões repressivas da ditadura, alegando que a repressão “nem foi tudo isso” ou até mesmo afirmando que “nem houve ditadura por aqui”. Infelizmente, essas expressões negacionistas acabam permeando inúmeros espaços na sociedade, onde sujeitos buscam minimizar as atrocidades do período ao promoverem discursos que atribuem aspectos “positivos” ao contexto ditatorial. Esses comentários acabam reverberando no senso comum, diminuindo e até mesmo negando a gravidade dos fatos do período.

Essas ideias equivocadas estão presentes em relatos provenientes de diversas regiões do país, com ênfase nas cidades do interior. Nestes espaços, algumas pessoas talvez não tivessem dimensão do tamanho da repressão ocorrida, visto que “a maioria era vista como ‘pessoas de bem’ que nunca passariam por qualquer constrangimento”¹⁴. Porém, sabemos que nesses locais a repressão também atuou, bem como inúmeras práticas de resistência individuais e coletivas. Devemos levar em consideração que a falta de conhecimento sobre fatos históricos e de reflexão sobre o período corrobora para a difusão da “utopia autoritária”: “crença em uma superioridade militar sobre os civis, vistos, regra geral, como despreparados, manipuláveis, impatrióticos e — sobretudo os políticos civis — venais”¹⁵.

Na cidade de Pelotas, situada ao sul do Rio Grande do Sul (RS), próxima das fronteiras com o Uruguai, a ditadura esteve presente e ecoou no cotidiano de muitos cidadãos. Em relato escrito sobre o contexto ditatorial em Pelotas, Lúcio Vaz expõe: “Em cada reunião, assembleia, festa, em cada boteco, sala de aula, até mesmo em missas nos sentíamos vigiados. Observávamos pelo canto dos olhos aqueles sujeitos estranhos, atentos, que mais ouviam do que falavam”¹⁶. O relato nos mostra que, apesar de distante dos grandes centros urbanos do

¹²RICHARD, Nelly. *Ibidem*.

¹³GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Op. Cit.* p. 55.

¹⁴CARPI, Dayane Giselle Guimarães; PASSOS, Kássia Hellen Machado. Observação da percepção civil sobre o regime militar brasileiro e seus reflexos no ano de 1970. **Anais do VIII Congresso Internacional de História**. 2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3717.pdf>. Acesso em 08 de set. de 2024. p. 2528.

¹⁵FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004. p. 39.

¹⁶VAZ, Lúcio. Como o SNI via os nossos subversivos. In: CAZARRÉ, Lourenço (org.). **50 tons de Rosa: Pelotas no tempo da ditadura**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2016, p. 95.

Sudeste, a população pelotense também foi impactada pela vigilância e repressão ditatorial. Entre outros impactos e reações de relevância em Pelotas nesse período, podemos citar a mobilização estudantil pelotense com a criação da Frente de Ação Revolucionária Popular (FARP) logo após a promulgação do golpe. A FARP, posteriormente, acabou sofrendo com a repressão do Estado: “criada em Pelotas, funcionava com representação de diversas organizações, contou com a composição de segmentos operários, de ferroviários, de portuários e de partidos”¹⁷.

Além do que já foi mencionado, é importante ressaltar que inúmeras formas de resistência e solidariedade aos militantes se desenvolveram no Rio Grande do Sul, assim como também ocorreram adesões e acomodações à ditadura. O território gaúcho teve um papel estratégico no contexto ditatorial, tanto para os aparatos repressivos quanto para as forças de resistência, dada sua proximidade com as fronteiras do Uruguai e da Argentina. Ademais, destaca-se o protagonismo da luta articulada de determinados grupos em defesa da legalidade no RS:

Faz-se necessário ressaltar que o RS tinha uma forte militância trabalhista, um grande apoio popular às reformas de base, foi protagonista na Campanha da Legalidade e, principalmente, tem diversas especificidades derivadas de sua localização de fronteira com Uruguai e Argentina, o que situa o território como estratégico tanto para a repressão quanto para a resistência à ditadura civil militar.¹⁸

Após o golpe de 1964, a desarticulação de inúmeros grupos e indivíduos teve início ainda nas primeiras semanas que se sucederam, no decorrer do mês de abril de 1964. Expurgos de professores vinculados à então Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ocorreram. A “limpeza” de docentes subversivos também acometeu professores pelotenses. Ainda em 1964 foram expurgados dois professores de Pelotas, vinculados à Faculdade de Direito, em um período anterior à própria criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).¹⁹

¹⁷ SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira. **Anais do X Encontro Estadual de História (ANPUH-RS)**. 2010. p. 4.

¹⁸ DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: Resistências, organização de rotas de exílio e reabertura política. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG. pp. 57-83. 2020.

¹⁹ A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas surgiu em 12 de setembro de 1912. Foi a segunda faculdade de Direito a abrir suas portas no Rio Grande do Sul, sendo a primeira a Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi federalizada em 1969, no contexto de criação da UFPel. Cf.: SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *Op.cit.*

Além disso, estudantes, políticos e outros cidadãos pelotenses também sofreram nas mãos da repressão do Estado.²⁰

Consideramos que, além de grupos e indivíduos, inúmeras instituições também sofreram impactos da ditadura, seja de forma direta ou indireta. Nosso objetivo aqui é entender as dimensões humanas dessas instituições, criadas, moldadas e vivenciadas por pessoas. Entre elas, destacam-se as universidades e outras instituições de ensino, que foram — e continuam sendo — espaços essenciais de confronto entre diferentes ideologias e vertentes políticas. Ao longo da história, esses locais foram palco de lutas que asseguraram e reafirmaram inúmeros direitos para estudantes e demais indivíduos.

Entendemos que é necessário estudar os impactos da ditadura a partir de casos específicos, nos permitindo ampliar as discussões sobre esses acontecimentos através de um jogo de escalas, do micro ao macro. Assim, buscamos aporte para as análises junto aos procedimentos metodológicos vinculados à micro-história em diálogo com a perspectiva da história global²¹, ressaltando determinadas conexões estabelecidas no contexto ditatorial. A micro-história é uma abordagem historiográfica desenvolvida a partir da década de 1970 por historiadores italianos que buscavam “colocar o foco nos questionamentos sobre o funcionamento da racionalidade humana que governa os comportamentos”²². Essa abordagem possibilita analisar com minúcias determinados casos específicos, lugares, documentos, acontecimentos, entre outros, com auxílio da “lupa micro-histórica”. Através da identificação de perguntas que “sejam relevantes para muitas realidades”²³, se faz possível perceber conexões que possibilitam pensar do micro ao macro e vice-versa. Assim, destacamos a importância do jogo de escalas para a produção do conhecimento baseado nos procedimentos vinculados à tal perspectiva historiográfica.²⁴

A abordagem centrada na micro-história não tem a pretensão de reduzir os fatos a uma história isolada em seu contexto, mas sim, procura integrar tais acontecimentos a outras realidades, por meio de um jogo de conexões, que vão desde o local até o global, perpassando pelo aumento e redução de escalas.²⁵ As conexões estabelecidas entre os jogos de escala estão

²⁰ DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *Op. Cit.*

²¹ CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70. 2016.

²² LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história: um método em transformação.** São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 20.

²³ *Ibidem.* p. 20.

²⁴ *Ibidem*

²⁵ CONRAD, Sebastian. *Op. Cit.*

diretamente relacionados com a perspectiva global, pensando o quanto as dimensões do local podem contribuir para entendimentos maiores acerca de determinados temas. Logo, podemos perceber como algumas situações difundidas no âmbito macro reverberam no micro, por meio da análise de uma fonte específica, por exemplo. Sabemos que alguns acontecimentos podem passar muitas vezes despercebidos no contexto de uma história mais generalizante. Assim, buscamos novos contornos para alguns aspectos históricos, possibilitando ampliar o conhecimento através de novas dinâmicas e leituras que vão para além dos contextos gerais.

Levi, um dos historiadores vinculados à perspectiva micro-histórica, ressalta as contribuições dessa corrente historiográfica em seus diálogos com a perspectiva global, expondo que a “leitura ao microscópio, através do aumento da escala de observação, é a maneira com a qual os historiadores mantêm o seu contato com a documentação e com os arquivos, e assim, são capazes de formular novas leituras e novas perguntas”²⁶. Neste sentido, De Vito complementa: “A expressão ‘redução de escala’ concerne neste caso à possibilidade de observar, como ao microscópio, aspectos de processos históricos amplos que ficam escondidos pelas categorias homogêneas da macro-história”²⁷. A seguir, buscaremos compreender os impactos do golpe militar em uma instituição de ensino no Sul do Brasil. Voltamos nossa atenção para um incidente ocorrido após o dia 31 de março de 1964 no contexto da Escola de Belas Artes de Pelotas, percebendo através do “microscópio” determinados aspectos que permaneceram eclipsados nas pesquisas acadêmicas sobre a referida instituição, em diálogo com questões “maiores”.

“Situação de apreensões e instabilidades”: impactos do golpe militar na Escola de Belas Artes de Pelotas

De modo a compreendermos os impactos do golpe e da ditadura em uma instituição de ensino de artes no Sul do Brasil, é essencial estabelecermos algumas relações entre o regime ditatorial e o campo artístico das décadas de 1960 e 1970. Logo após o golpe, a repressão já começa a reverberar no contexto artístico-cultural e a ditadura atua de modo a afastar as

²⁶ LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história: um método em transformação**. 1ª. Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 27.

²⁷ DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history) In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 103.

produções de artistas e intelectuais do “grande público”.²⁸ Diversos episódios exemplificam os impactos diretos e indiretos da ditadura no contexto das artes em seus primeiros anos, incluindo significativos episódios de censura. Em 1967, por exemplo, obras dos artistas visuais Cláudio Tozzi (1944) e José Aguilar (1941) foram censuradas no IV Salão de Arte Moderna do Distrito Federal, realizado no Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília.²⁹

Heloisa Teixeira expõe algumas das interferências da ditadura no âmbito artístico em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, evidenciando a repressão enfrentada por instituições e eventos relacionados às artes. Entre os episódios emblemáticos citados pela autora, incluem-se a retirada de obras da Bienal Internacional de São Paulo em 1967, o fechamento da II Bienal da Bahia em 1968 e a censura à exposição de 1969 dos jovens artistas brasileiros selecionados para a *Biennale des Jeunes*, que ocorreria em Paris. A exposição dos artistas selecionados para a bienal francesa estava programada para acontecer no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), mas teve seu fechamento determinado pelo governo ditatorial.³⁰

Não foram apenas os artistas os alvos das imposições ditatoriais nesse momento histórico, inúmeros estudantes, trabalhadores e outros cidadãos foram perseguidos, torturados e assassinados pelo Estado. A ditadura, atendendo a supostos ideais de desenvolvimento, promoveu a perseguição contra aqueles que pensavam de forma contrária aos seus preceitos: “Em nome do desenvolvimento e dos ideais do Ocidente, promove-se a criminalização da atividade política”³¹. Vale ressaltar que tanto os membros das classes populares quanto os círculos de intelectuais, artistas, entre outros sujeitos vinculados ao meio estudantil, acabaram sendo alvos diretos do regime ditatorial: “inventou-se de todo tipo de ‘inimigo’. Líderes trabalhistas, comunistas, liberais críticos, sindicalistas, todos eram, de alguma forma, conectados a planos de subversão”³².

²⁸ NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

²⁹ LOPES, Fernanda. **Área Experimental**: Lugar, espaço e dimensão do experimental na arte brasileira dos anos 1970. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2013.

³⁰ TEIXEIRA, Heloisa. **Rebeldes e Marginais**: Cultura nos Anos de Chumbo (1960/1970). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024. p. 112.

³¹ TEIXEIRA, Heloisa. **Rebeldes e Marginais**: Cultura nos Anos de Chumbo (1960/1970). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

³² KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. **Cuadernos del CILHA** - a. 14 n. 18 – 2013. p. 114.

Como reação a essa realidade, a produção artística e cultural, bem como o pensamento de diversos artistas e intelectuais opostos ao regime, mantiveram-se vivos enquanto forma de resistência, reverberando em práticas transgressoras, modos e visões de mundo diferentes daquelas que imperavam. Nesta direção, Marcos Napolitano visibiliza em seus estudos, determinadas questões relacionadas às estratégias adotadas no âmbito cultural após a promulgação da ditadura.³³ Sabemos que inúmeros sujeitos agiram, por meio de determinadas práticas de resistência, frente ao contexto que se apresentava. A resistência, dessa forma, pode ser entendida como um “conjunto de atos de recusa ao poder instituído considerado ilegítimo ou opressivo”³⁴, podendo ser manifestada por um conjunto de formas, explícitas ou implícitas.

Sabendo das consequências, impactos e reações do contexto ditatorial no que tange a arte e cultura a nível nacional, buscamos a seguir entabular questionamentos e conexões acerca do golpe militar e seus impactos em uma instituição de ensino voltada às artes na cidade de Pelotas. A Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões foi uma instituição de ensino superior voltada às “Belas Artes”, herdando um modelo iniciado com a Academia de Belas Artes, posteriormente Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.³⁵ Além disso, a instituição teve sua criação inspirada no antigo Instituto de Artes de Porto Alegre, atualmente Instituto de Artes vinculado à UFRGS.³⁶ A EBA de Pelotas, por carregar a herança das academias de arte, acabava por legitimar certos saberes relacionados à prática artística, característicos das Academias de Belas Artes.³⁷

A Escola de Belas Artes (EBA) surge como um reflexo da elite cultural da cidade de Pelotas, preservando certas práticas sociais do século XIX, como o apreço pelos padrões academicistas.³⁸ Criada em 1949, a escola surge após um período de numerosas vanguardas e

³³ NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 157.

³⁵ A Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro foi criada em 1816 como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, visando o ensino das artes e das ciências naturais. Em 1931 foi incorporada pela Universidade do Rio de Janeiro. Para mais, ver: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/740-escola-nacional-de-belas-artes>.

³⁶ FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. Pelotas: Editora Mundial. 2008.

³⁷ Tais saberes vinculam-se a uma tradição baseada na mimese do real, em linguagens visuais como o desenho, a escultura e a pintura, fundamentados em padrões estéticos herdados da Antiguidade Clássica. Para compreender mais sobre o academicismo apreciado pela EBA de Pelotas, ver: DINIZ, Carmen Regina Bauer. **Nos Descaminhos do Imaginário**: A tradição acadêmica nas artes plásticas de Pelotas. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

³⁸ O academicismo nas artes refere-se a um conjunto de práticas, estilos e ideais estéticos que se desenvolveram dentro das academias de arte, principalmente na Europa, a partir do final do século XVIII e ao longo do século

rupturas com os cânones acadêmicos que ocorreram na primeira metade do século XX, tanto no Brasil quanto no cenário mundial.³⁹ No entanto, a instituição buscava se afastar das mudanças modernistas e de vanguarda que estavam moldando o panorama artístico global, permanecendo atrelada majoritariamente às tradições acadêmicas em detrimento da inovação. Magalhães expõe que o apreço da EBA pelo academicismo refletia os anseios da elite de Pelotas, conservando determinados saberes vinculados ao passado.⁴⁰ Logo, percebemos que tal espaço acabava sendo um espaço detentor e transmissor de ideias vinculadas ao capital cultural, como expõe Bourdieu.⁴¹ Nesta lógica, alguns saberes ditos “acadêmicos e culturais” acabam sendo priorizados em detrimento de outros, que, por sua vez, criam uma distinção entre sujeitos na sociedade. Em outras palavras:

[...] filhos de suas obras culturais, os detentores de títulos de nobreza cultural — neste aspecto, semelhantes aos detentores de títulos nobiliárquicos, cujo ser, definido pela fidelidade a um sangue, solo, raça, passado, pátria e tradição, é irreduzível a um fazer, competência ou função — basta-lhes ser o que são porque todas as suas práticas valem o que vale seu autor.⁴²

Percebendo que a EBA era uma instituição que perpetuava determinadas relações de distinção entre seus frequentadores, bem como herdava e transmitia algumas tradições inerentes ao campo da arte e da cultura, nos questionamos sobre as manifestações e impactos no contexto do golpe militar nessa instituição. No dia 1 de abril de 1964, a diretora da Escola de Belas Artes de Pelotas, Marina de Moraes Pires⁴³, menciona sobre os fatos políticos ocorridos no país em seus diários: “Levante do II Exército em Minas contra o Governo constituído. [...] Assembleia dos alunos para discutir, em assembleia, os rumos atuais do país”⁴⁴. No dia seguinte, 2 de abril de 1964, Marina menciona sobre o sucesso da implementação do golpe por parte dos ditadores:

XIX. Sobre o tema, Cf.: MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973): trajetória institucional e papel na história da arte**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Universidade Federal de Pelotas.

³⁹ DANTO, Arthur. **O que é a Arte**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

⁴⁰ MAGALHÃES, Clarice Rego. *Op. Cit.*

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

⁴² *Ibidem*. p. 28-29.

⁴³ Marina de Moraes Pires (1896-1983) iniciou sua carreira docente como professora estadual de desenho na Escola Assis Brasil, em Pelotas. Em 1946, começou a movimentar-se com vistas à criação de uma Escola de Belas Artes na cidade, que foi efetivamente criada em 1949, graças aos seus esforços junto do apoio do governo municipal do período. Era uma senhora pertencente aos círculos da elite cultural pelotense e detinha certa influência e protagonismo frente à EBA. Em seus diários, é possível perceber uma intensa comunicação da diretora com entes do governo municipal, estadual e federal. Foi professora e diretora da EBA até a sua federalização e reuniu um expressivo arquivo documental que teve parte incorporada ao acervo do MALG. Parte de seu cotidiano foi registrado em diários escritos ao longo de sua vida, que foram editados e publicados em 2008.

⁴⁴ FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. 1ª. Ed. Pelotas: Editora Mundial. 2008. p. 369.

“Vence a revolução”⁴⁵. Apesar do ocorrido, a diretora destaca sua iniciativa de organizar uma assembleia estudantil na instituição, de modo a discutir a situação que se apresentava.⁴⁶

Procurando informações sobre a assembleia ocorrida na EBA após o golpe militar, a partir da mobilização causada pelos escritos de Marina, voltamos “nossa lupa” para um fato ocorrido em decorrência do golpe civil-militar de 1964 na EBA.⁴⁷ Durante a pesquisa documental junto ao Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes, pertencente ao Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel), nos deparamos com a Ata n.38, datada de 11 de abril de 1964, escrita poucos dias após a implementação da ditadura no país. Essa documentação relata os conflitos que surgiram na instituição em decorrência do golpe.

A ata integra o Livro de Atas da Direção da EBA e foi lavrada pelo então presidente, Sr. Jaime Gonçalves Wetzel e pela secretária da instituição, Yedda Luz. A documentação relata eventos que ocorreram alguns dias após o golpe civil-militar de 1964. Especificamente, menciona um acontecimento que se iniciou a partir do interrompimento de uma aula de História da Arte, ministrada no dia 3 de abril de 1964 pela Professora Heloísa Assumpção Nascimento⁴⁸. Enquanto a aula ocorria, a diretora da EBA, Marina de Moraes Pires, recebeu um telefonema de alguém que dizia ser vinculado ao jornal Diário Popular⁴⁹, aconselhando a diretora a suspender as aulas que estavam ocorrendo na escola naquele momento.

D. Marina resolveu acatar o conselho vindo do anônimo ao telefone por conta da “situação de apreensões e instabilidade decorrentes do movimento revolucionário, então reinante”⁵⁰. Esse clima de tensão, narrado na documentação presente na EBA, associa-se ao que Rodrigo Motta expõe em seus estudos sobre a ditadura. Para o autor, a situação apreensiva

⁴⁵ *Ibidem.* p. 369.

⁴⁶ Não foi possível encontrar menções a assembleia na documentação remanescente da escola, pertencente hoje ao Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes, vinculado ao Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG).

⁴⁷ Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Congregação. Documento não publicado. Acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel).

⁴⁸ Heloísa Assumpção Nascimento (1915-2005) foi uma professora, escritora e historiadora pelotense. Foi uma das primeiras mulheres a se graduar em Direito no Brasil, em 1936. Atuou como professora em Escolas Normais, em disciplinas de Português e Sociologia, além de dedicar-se ao estudo da História da Arte. Foi professora de História da Arte da Escola de Belas Artes de Pelotas e posteriormente reingressa como docente no Instituto de Letras e Artes. Atuou nos cursos de Pós-Graduação em História da Arte da referida unidade vinculada à Universidade Federal de Pelotas. A professora era casada com um Coronel do Exército, o Cel. Jonas Plínio do Nascimento, que, por sua vez, acabou envolvendo-se no incidente relatado neste artigo.

⁴⁹ O Diário Popular foi um jornal de circulação diária da cidade de Pelotas, estando em circulação entre 27 de agosto de 1890 e 12 de junho de 2024.

⁵⁰ Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Documento não publicado. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel). p. 26B.

existiu e esteve intensamente atrelada aos golpistas, visto que o Brasil não estava à beira de uma ameaça comunista de poder, como era amplamente difundido no período. Apesar do grande alarde advindo dos militares da época, “não faz sentido imaginar que um grande proprietário de terras como [o presidente] Goulart apoiasse guerrilheiros comunistas”⁵¹.

Vale ressaltar que, apesar de pequenos grupos da esquerda radical sonharem com a implantação de guerrilhas no contexto pós-Revolução Cubana, isso não passava de uma utopia. É irônico pensar que durante o governo de João Goulart, deposto em decorrência do golpe, os grupos que mais possuíam armamentos, na verdade, eram fazendeiros “que temiam a reforma agrária e as organizações camponesas. Eles criaram inúmeras ligas anticomunistas pelo interior do Brasil, munidas de fuzis e submetralhadoras”⁵². Devemos ter em mente que o golpe foi amplamente endossado por sujeitos pertencentes à classe média e às classes dominantes, sendo apoiados por alguns veículos midiáticos e por setores empresariais. Sobre a adesão da classe média aos preceitos autoritários, Marcos Napolitano explica:

Na lógica particular da classe média brasileira, a ascensão dos “de baixo” é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social. Como os que estão na cobertura têm mais recursos para se proteger, quem está mais perto da base da pirâmide social se sente mais ameaçado. Não por acaso, o fantasma do comunismo encontrou mais eco nestes segmentos médios.⁵³

Esse clima de tensão, fomentado pelos militares e por aqueles que endossaram a ditadura, se mostra evidente nas relações estabelecidas no âmbito da Escola de Belas Artes de Pelotas. Enquanto aguardava seu marido, após a suspensão da aula que ministrava, a professora Heloisa iniciou uma discussão com um dos alunos no saguão da escola. O assunto da discussão foi o comunismo implantado no Brasil. O aluno, não identificado na documentação, encontrou a professora enquanto supostamente dirigia-se para uma reunião estudantil. Ao chegar para buscar Heloisa, seu marido também começou a participar da discussão. Em decorrência do conflito, Marina pede o restabelecimento da ordem, anunciando que não toleraria discussões de cunho político no interior da escola:

Enquanto isso, começou a conversar, no recinto da Escola, com alunos que entravam para reunião do Centro Acadêmico. O assunto, muito atual, o do comunismo infiltrado no Brasil, foi o escolhido para a troca de ideias. Chegando o marido da Profa., em momento em que essa modalidade já havia sido substituída pela de discussão, entrou na mesma, fazendo com que os ânimos se acalorassem. Ouvindo, de sua sala, a alteração, a Sra. Diretora dirigiu-se imediatamente para o local quando já se retiravam a Professora e o Coronel, impondo o reestabelecimento da ordem e dizendo que não

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 44

⁵² *Ibidem*. p. 44.

⁵³ NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 48.

podia tolerar, e muito menos permitir, discussões de ordem política no interior da Escola. Acentuou que sempre se opusera à controvérsias sobre convicções de ordem religiosa e política entre elementos pertencentes à Escola e que, mais justificadamente, se opunha, no momento, ao debate, por julgá-lo inoportuno e impróprio, porquanto participava dele um Coronel do Exército, Sr. Plínio Nascimento, que não desempenhava função alguma junto à “EBA”.⁵⁴

Destacamos alguns aspectos presentes nessa documentação, sendo o primeiro deles o tema da discussão, que evidencia a intensa retórica anticomunista, amplamente difundida nos meios de comunicação em âmbito nacional, com ecos nessa instituição no Sul do Brasil.⁵⁵ Essa retórica acabava criando um clima de tensão e desconfiança nas instituições de ensino, ressaltando questões políticas e ideológicas impregnadas nesses espaços. Um segundo ponto a ser evidenciado é a militarização dos espaços institucionais logo após o golpe civil-militar. Devemos considerar que a vigilância e o controle exercidos por figuras militares nos espaços civis frequentemente influenciavam os comportamentos manifestados nesses locais. Mesmo sem vínculo institucional formal, um militar participa de discussões no âmbito da EBA. Podemos observar a presença do Coronel como reflexo simbólico da militarização da sociedade no início da ditadura, onde o poder militar se infiltrou em instituições civis, de modo a assegurar uma suposta “manutenção” do controle político e social.

Conjecturamos que a intervenção militar nos espaços frequentemente reforçava a ideia de que os civis não eram capazes de se “governar”, estando despreparados para o exercício democrático: “a tradição de intervencionismo militar fundamenta-se, entre outras coisas, na suposição bastante generalizada de que os civis — povo e elites — são despreparados para o pleno exercício da democracia”⁵⁶. Ao estabelecer essas relações, podemos perceber a EBA como um microcosmo da sociedade brasileira, uma vez que, nesse espaço, também reverberaram diversas situações relacionadas ao contexto social e político do país.

Nos atentamos também para as relações de poder manifestadas na escrita da Ata n.38. Neste sentido, entendemos que D. Marina de Moraes Pires, por ser uma das representantes da EBA na sociedade, acabava incorporando os ideais da escola. Esses ideais, podem ser

⁵⁴ Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Documento não publicado. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPeL). p. 26B.

⁵⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

⁵⁶ FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, Histórias**, v. 9, n.17. 2021. p. 18.

concebidos como um *habitus*⁵⁷ institucional, reverberando nas atitudes de Marina Pires. Podemos perceber a manifestação deste *habitus* na atitude da diretora ao interromper a situação conflituosa, ressaltando a hierarquia escolar, em vias de manter uma suposta ordem do espaço institucional.

As posturas relacionadas a esse *habitus* institucional não ressoavam somente no âmbito interno. A influência e o protagonismo de Marina, bem como reverberações de seu poder social são visíveis através de alguns de seus relatos nos diários. Alguns meses antes do golpe militar, ainda em 1963, o então presidente João Goulart visitou a cidade de Pelotas. Nesta ocasião, D. Marina vai ao aeroporto recebê-lo, junto com outros civis, representando a EBA no banquete oferecido em prol de sua visita à cidade. No dia 11 de setembro de 1963, D. Marina escreve: “Chegada do Presidente Jango a Pelotas. Representei a escola no aeroporto e no banquete”⁵⁸. Em seus escritos, podemos perceber intensa comunicação com órgãos federais, como é o caso da então recente Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente a agência governamental de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, podemos perceber a influência e o protagonismo de Marina na composição do tecido social, para além do ambiente da própria escola, seja pela participação em eventos ou mesmo comunicando-se com entidades governamentais por meio de correspondências.

Uma semana após o conflito, no dia 10 de abril de 1964, a professora Heloisa dirige-se até a diretoria da EBA com o intuito de descobrir o nome do aluno com quem discutira, que por sua vez “supunha imbuído de ideias esquerdistas”⁵⁹. Nesse momento, acaba retomando a discussão com D. Marina sobre o “impedimento de sua função, alegando que ‘A Escola [EBA] não tem direção, o Diário Popular é quem manda aqui dentro’. Pedindo a Sra. Marina de Moraes Pires, que acabasse com o assunto, ia a Profa. Heloisa Nascimento retirar-se dizendo ‘isso não ficará assim’”⁶⁰. No final da Ata, o presidente Jaime Wetzel acaba ressaltando a posição da

⁵⁷ Utilizamos o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu em *A Distinção*. O *habitus* refere-se a um conjunto de disposições internalizadas que orientam as práticas e percepções dos indivíduos, resultantes de sua posição social e de suas experiências passadas. Ele atua de forma inconsciente, moldando comportamentos e percepções que não apenas refletem escolhas individuais, mas também as predisposições de grupos sociais e instituições. Cf.: BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

⁵⁸ FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. 1ª. Ed. Pelotas: Editora Mundial. 2008. p. 358.

⁵⁹ Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Documento não publicado. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel). p. 27A.

⁶⁰ *Ibidem*. p. 27A.

presidência da EBA em favor de D. Marina, mencionando a falta de respeito para com a própria instituição por parte da professora de História da Arte. O presidente resolve ausentar a opinião dos demais membros na diretoria ao repudiar o acontecido “para que a hierarquia escolar não sofra, no futuro, contravenções dessa natureza”⁶¹. Ressaltamos que a organização da instituição era estruturada em uma diretoria e uma presidência que se apoiavam mutuamente.

A escrita desta Ata, dias após a implementação do golpe militar, evidencia dimensões intrínsecas ao contexto ditatorial brasileiro, seja pelos desentendimentos ocorridos na própria instituição ou mesmo pelo estado de vigilância e perseguição contra aqueles que pensavam de forma diferente dos preceitos ditatoriais. Sabemos que na sociedade brasileira, muitos civis acabaram aderindo à retórica golpista, especialmente o empresariado, a mídia e os setores mais conservadores da sociedade: “pessoas e instituições que se identificaram com o Estado autoritário por concordarem com as pautas de defesa da tradição, dos ‘bons costumes’ e da moralidade cristã”⁶². Diferentemente do que o senso comum concebe, apesar das escolas e universidades serem comumente concebidas como espaços de conhecimento e do pensar crítico, nestes lugares (co)existem sujeitos com inúmeras ideologias. Logo, em instituições de ensino ocorreram diferentes nuances de resistência, bem como de adesão e acomodação à ditadura civil-militar, às vezes de forma paralela.⁶³

Nos diários publicados, Marina de Moraes Pires não faz nenhuma menção ao incidente envolvendo a professora de História da Arte e seu marido, tampouco menciona o aluno que participou da discussão. Devemos considerar que, sendo os diários publicados, não podemos saber ao certo se tais informações foram editadas ou omitidas na versão final. É sabido que D. Marina repudiava veementemente comentários de ordem política e religiosa, como se evidencia na ata em questão, redigida no contexto da EBA.

O aluno “imbuído de ideias esquerdistas”, como alegava Heloisa, possivelmente pensava de forma contrária ao golpe militar naquele momento e, por conta disso, acabou tendo sua figura aproximada com a do “fantasma vermelho”. A tentativa de saber o nome do aluno para possivelmente tomar providências maiores frente ao ocorrido são explicadas pela intensa propaganda anticomunista pregada no período. Essa difusão do anticomunismo por parte dos apoiadores do golpe alimentava os imaginários da época: “A opinião conservadora via o regime

⁶¹ *Ibidem.* p. 27A.

⁶² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 154.

⁶³ *Ibidem.*

político comandado pelos militares como garantia da defesa da ordem moral, por isso apoiava (e cobrava) ações como a censura dos meios de comunicação e punição aos ‘corruptos’⁶⁴. O anticomunismo pode ser concebido como um aparato:

Construiu-se um aparato de propaganda que solidificou um imaginário anticomunista, ou seja, um conjunto de imagens e ideias socialmente enraizadas. Os “vermelhos” foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos, violentos, ateus, imorais (ou amorais), estrangeiros, traidores, tirânicos. Nas versões mais extremas, foram apresentados como parceiros do próprio diabo.⁶⁵

Além disso, ao analisarmos a discussão em questão, tornam-se evidentes os embates em torno das relações de poder, bem como do mando e comando dentro da Escola de Belas Artes de Pelotas. No contexto da ata, podemos considerar a manifestação de um *habitus* institucional, representada pela figura de D. Marina de Moraes Pires, em contraposição a uma atitude desafiadora da professora de História da Arte, com atitudes que se relacionam com o aparato anticomunista propagado pela ditadura, se posicionando contra o poder constituído na escola. Ao creditar o aluno como “esquerdista”, buscando tomar “providências” quanto ao ocorrido, podemos relacionar as atitudes da professora às de uma significativa parcela da população da época, na qual ela se destaca como uma representante das mulheres conservadoras que aderiram à verdadeira cruzada contra o comunismo e as esquerdas, iniciada logo após o golpe de 1964.⁶⁶

Consideramos aqui que tanto Marina Pires quanto Heloisa Nascimento estavam situadas dentro de uma elite política, visto as posições que detinham no contexto da sociedade de Pelotas no século XX, acessando determinados espaços de prestígio e poder na sociedade, destinados a poucos sujeitos. Ambas eram professoras universitárias e advinham de famílias que detinham poder econômico e influência social. Devemos considerar o contexto brasileiro da época, em que uma grande parcela da população era analfabeta e não possuía oportunidades para frequentar uma instituição de ensino superior, muito menos de trabalhar em uma delas. Logo, o poder que essas senhoras detinham fica evidente. Raposo explica sobre a conceituação do poder no âmbito das elites políticas:

Quando ao termo “elite” é agregada a palavra “política”, seu significado passa a referir-se ao mundo do poder, designando aqueles que possuem, entre suas características, algumas que lhes conferem a capacidade de conduzir a vida política das comunidades a que pertencem. Conhecimento, riqueza, prestígio, poderio militar,

⁶⁴ *Ibidem.* p. 154

⁶⁵ *Ibidem.* p. 22-23.

⁶⁶ CORDEIRO, Janaina Martins. “Para o bem do Brasil”: a participação feminina conservadora na Campanha do Ouro em 1964. *Avances del Cesor*. v.20. n.29. p.1-16.

desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e, também, mérito são as principais fontes de poder das elites políticas em todo o mundo.⁶⁷

Ao estudar os impactos da ditadura na EBA, considerando as relações de poder e conflitos estabelecidos, buscamos visibilizar questões relativas ao golpe civil-militar no cotidiano dessa instituição, perpassando por questões que dizem respeito ao próprio Brasil ditatorial. Estudar sobre a ditadura nas instituições de ensino ressalta a importância de viabilizarmos tais questões nas pesquisas acadêmicas. Sabemos que apesar dos esforços significativos das últimas décadas, o Brasil ainda carece de políticas consolidadas de memória, principalmente em cidades afastadas dos grandes centros urbanos do país. Tais políticas se fazem intensamente necessárias, de modo a corroborar com o estudo e reflexão sobre o período ditatorial, ao passo que nos ajudam a construir uma memória crítica⁶⁸ a partir dos impactos e reações vivenciados por indivíduos, coletivos e instituições.

Considerações Finais

A ditadura impactou significativamente a vida de inúmeros sujeitos, ecoando muito além dos grandes centros urbanos. Ao nos debruçarmos sobre a cidade de Pelotas, no extremo sul do país, podemos evidenciar determinados impactos ditatoriais. Nessa cidade do interior, as práticas de repressão e resistência atuaram e estiveram presentes. Podemos perceber isso ao refletir sobre os impactos do golpe civil- militar na Escola de Belas Artes de Pelotas, uma instituição mantida e frequentada por uma elite cultural, gerando conflitos que dizem respeito não somente ao âmbito institucional, mas também a questões maiores. Sabemos que as nuances de resistência e adesão são complexas de se medir, e por mais que uma instituição “mantenha-se neutra” aos olhos do grande público, essa neutralidade não existe na realidade. Os indivíduos que mantêm e frequentam instituições de ensino, como é o caso da Escola de Belas Artes de Pelotas, possuem diferentes ideologias e ideias, bem como as manifestam de diferentes formas.

Apesar de fatos narrados em uma Ata institucional parecerem “corriqueiros” ou até “banais” para alguns, eles não o são. Tais fatos suscitam reflexões que ultrapassam o seu próprio contexto, refletindo mentalidades e situações que estão para além do período e lugar em que ocorreram. Estas reflexões são necessárias, visto que se relacionam com o próprio presente,

⁶⁷ RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. *Perspectivas*, São Paulo, v. 53, jan./jun. 2019. p. 160.

⁶⁸ RICHARD, Nelly. *Crítica de la memoria (1990-2010)*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

considerando o que Della Vecchia e Silveira chamam de políticas de “desmemória”: projetos políticos em curso que acabam induzindo a um “esquecimento” coletivo de determinados fatos do passado.⁶⁹ Muitas vezes, em áreas mais distantes dos centros urbanos, as narrativas históricas podem ser omitidas ou negligenciadas, tidas como menores do que realmente foram. Estudar os impactos da ditadura de modo a consolidar políticas de memória nessas localidades é extremamente necessário, visando a promoção de uma consciência histórica. Esse esforço é ainda mais urgente diante do constante falseamento histórico ao qual estamos sujeitos, em que indivíduos defendem torturadores, mascaram as torturas infligidas no período ditatorial, perpetuando os “fantasmas vermelhos” e as “utopias autoritárias”.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

CARPI, Dayane Giselle Guimarães; PASSOS, Kassia Hellen Machado. Observação da percepção civil sobre o regime militar brasileiro e seus reflexos no ano de 1970. **Anais do VIII Congresso Internacional de História**. 2017. pp. 2522-2528. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3717.pdf>. Acesso em 08 de set. de 2024.

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70. 2016.

CORDEIRO, Janaina Martins. “Para o bem do Brasil”: a participação feminina conservadora na Campanha do Ouro em 1964. **Avances del Cesor**. v.20. n.29. p.1-16.

DANTO, Arthur. **O que é a Arte**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: Resistências, organização de rotas de exílio e reabertura política. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG. pp. 57-83. 2020.

DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history) In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história: um método em transformação**. 1ª. Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

⁶⁹ DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: Resistências, organização de rotas de exílio e reabertura política. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG. pp. 57-83. 2020.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. **Nos Descaminhos do Imaginário**: A tradição acadêmica nas artes plásticas de Pelotas. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

ESCOLA de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Documento não publicado. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel).

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004. pp.29-60.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, v.28 n.47, jan-jun 2012, pp.43-59.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, Histórias**, v. 9, n.17. 2021. pp. 8-57.

FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. 1ª. Ed. Pelotas: Editora Mundial. 2008.

GABLER, Louise. Academia de Belas Artes [verbetes]. In: CAMARGO, Angélica *et al.* **Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República**. Arquivo Nacional, 2023. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/740-escola-nacional-de-belas-artes>. Acesso em 29 jan. 2025.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HERNANDÉZ, Fernando. **Catadores da cultura visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Editora Mediação. 2007.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. **Cuadernos del CILHA** - a. 14 n. 18 – pp.107-126. 2013.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história**: um método em transformação. 1ª. Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

LOPES, Fernanda. **Área Experimental**: Lugar, espaço e dimensão do experimental na arte brasileira dos anos 1970. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2013.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973)**: trajetória institucional e papel na história da arte. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Universidade Federal de Pelotas.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. **Perspectivas**, São Paulo, v. 53, jan./jun. pp. 159-177. 2019.

RICHARD, Nelly. **Crítica de la memoria (1990-2010)**. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira. **Anais do X Encontro Estadual de História (ANPUH-RS)**. 2010. pp.1-14.

TEIXEIRA, Heloisa. **Rebeldes e Marginais**: Cultura nos Anos de Chumbo (1960/1970). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

VAZ, Lúcio. Como o SNI via os nossos subversivos. In: CAZARRÉ, Lourenço (org.). **50 tons de Rosa**: Pelotas no tempo da ditadura. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2016, pp.95-129.